

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Orçamento do Estado será 10% maior em 2010

Deputados aprovam previsão de R\$ 13,4 bilhões para próximo ano e ainda mais 102 projetos antes do recesso

Jonas Lemos Campos



Na reta final dos trabalhos de 2009, deputados autorizam mais de 100 matérias, entre elas a que cria regiões metropolitanas em Santa Catarina

Páginas 8 a 12

Jorginho Mello faz balanço dos trabalhos

Carlos Kilian



Presidente anuncia aprovação de 3,9 mil proposições no ano

Página 3

Autorizado aumento no subsídio do governador

Página 8

Municípios poderão fixar horário do comércio

Página 9

Condor e Florianópolis são homenageadas

Miriam Zomer



Sessão solene presta homenagem à empresa em São Bento

Páginas 4 e 5

Pescadores se mobilizam contra operação de hidrelétrica no Oeste

Páginas 6 e 7

OPINIÃO

Ano de vanguarda para o Parlamento catarinense

O ano legislativo se encerra com significado especial, pela posição de vanguarda nacional que o Parlamento adotou ao respaldar proposta do Executivo para editar o Código Ambiental e, por último, o projeto de lei que institui o Pagamento por Serviços Ambientais em Santa Catarina. A primeira iniciativa estabeleceu padrões para a conservação ambiental e fixou possibilidades de uso das propriedades, dando limites claros a quem quer produzir. A segunda fixa em 30 sacas de milho o valor da unidade de referência para pagamento do hectare conservado - equivalente a R\$ 495 por ano a quem preservar recursos naturais - desde que se enquadre em um dos três subprogramas estabelecidos no projeto: Unidades de Conservação, de Formações Vegetais ou de Água.

São definições relevantes tanto para o meio rural como para quem vive nas cidades. Estamos legislan-

do de forma inovadora, com visão globalizada, pensando na preservação ambiental, em qualidade de vida e nas gerações futuras. O arrecadado a partir da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e o Fundo Especial do Petróleo são algumas das fontes especificadas para compor o Fundo de Compensação Ambiental.

Tais projetos, que contaram com grande empenho do colega de bancada Romildo Titon, na condição de relator, e o apoio de toda a base governista, bem como dos deputados opositores, dão exemplos de como a articulação política faz diferença para a sociedade. Fechamos um ano de grandes resultados, com a aprovação de outros importantes projetos, como os que viabilizaram financiamentos para Santa Catarina investir em saneamento, em rodovias e no desenvolvimento rural. Tratamos questões ligadas

aos servidores e a seus planos de carreiras. Representamos um governo realizador, que se diferencia por um projeto vitorioso de desconcentração administrativa e resultados inquestionáveis.

Como bem observa o governador Luiz Henrique, Santa Catarina tem hoje índice de desenvolvimento humano equivalente ao do Chile e seu produto interno bruto supera a soma das economias do Uruguai, Paraguai e Bolívia. Temos pólos de excelências descentralizadas na saúde, ótima rede de educação, analfabetismo em padrão zero conforme a Unesco e expectativa de vida que já supera 77 anos. Só não vê qualidade em tantas coisas boas quem vive pensando no quanto pior, melhor. O que não ajuda a quem quer seguir adiante, rumo a um 2010 ainda melhor.

Deputado Elizeu Mattos (PMDB)

Direitos Humanos debate temas polêmicos

Temas difíceis e que sensibilizam grande parcela da população do nosso estado fizeram parte do nosso trabalho na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher ao longo deste ano de 2009.

Através de mais de uma dezena de audiências públicas no âmbito da Assembleia Legislativa e também em cidades catarinenses buscamos ampliar discussões sobre questões que precisam de intervenção firme do Estado e também do envolvimento da sociedade para que hajam soluções efetivas. Através do Parlamento, procuramos exercer o nosso papel de ouvir a sociedade e dar encaminhamento aos assuntos, muitas vezes polêmicos e doloridos, que constroem e inquietam.

Em defesa dos direitos humanos e na busca de uma sociedade, participamos, por exemplo, da Mobilização Alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração

Sexual de Crianças e Adolescentes, em maio. Nessa luta, tivemos parceiros importantes como o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, o Fórum Catarinense pelo Fim da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, a Associação da Magistratura Catarinense, o Conselho Regional de Psicologia, Ministério Público e Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. Nosso apelo é para que o governo do Estado assine o Plano Estadual de Combate à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Os altos índices de violência contra as mulheres também têm sido uma preocupação da Comissão e também do nosso mandato. Muitos debates fizemos a respeito, inclusive com o intuito de sensibilizar ao governo do Estado a efetivar a Lei Maria da Penha em SC. Neste mês de dezembro, conseguimos a aprovação do projeto de lei da nossa autoria que estabelece o

Dia Estadual de Comemoração da Lei Maria da Penha. O dia será 7 de agosto, escolhido por ter sido nesta data que, em 2007, o presidente da República sancionou a lei que cria mecanismos para coibir a violência às mulheres.

A instalação da Defensoria Pública, possibilitando que todas as pessoas tenham acesso à assessoria jurídica, também pautou os trabalhos da Comissão. Denunciamos a exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

Diante do escândalo envolvendo torturas nos presídios catarinenses, a Comissão de Direitos Humanos também se posicionou. Realizamos audiência pública para debater esse tema, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública. Dando continuidade a esse trabalho, foi elaborado um documento para ser entregue a autoridades em Brasília.

Deputada Ana Paula Lima (PT)

Recesso parlamentar de 23 de dezembro a 3 de janeiro

A Assembleia Legislativa estará em recesso parlamentar de 23 de dezembro de 2009 a 3 de janeiro de 2010. De 4 a 31 de janeiro, o Parlamento catarinense decretou férias coletivas. No período, a Diretoria de Comunicação Social interrompe a veiculação do jornal AL Notícias e a cobertura diária das atividades da Casa Legislativa.

O Parlamento retoma suas atividades no dia 1º de fevereiro, às 19 horas, com a sessão preparatória para a posse do novo presidente e eleição para primeiro vice-presidente da Casa. No dia 2 de fevereiro, às 14 horas, será realizada sessão especial de instalação do ano legislativo com a leitura da Mensagem Anual do governador do Estado.

Eloísa Barbosa recebe homenagem do Legislativo

Servidora da Assembleia Legislativa desde 1982, a assistente social Eloísa Helena Martins Barbosa é um exemplo de dedicação aos projetos sociais realizados na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Por isso, no último dia 8 de dezembro, foi uma das homenageadas pelos cinco anos do Projeto Antonieta de Barros (PAB). Dentro do programa desde sua idealização, Eloísa participa da seleção de jovens.

Segundo a psicóloga do Serviço Médico da Casa, Rosane Vieira, "Eloísa é extremamente competente e importante para o setor. Ela realiza um trabalho conjunto multidisciplinar interligado ao serviço médico que é referência

para todos nós". A psicóloga acrescenta que, além do PAB, Eloísa está envolvida em todos os projetos sociais do Legislativo, entre eles as campanhas antitabagismo e de doação de sangue.



TVAl e TV Câmara de Itajaí

O presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Jorginho Mello (PSDB), assinou, dia 14, um convênio com a Câmara de Vereadores do Município de Itajaí que viabilizará o compartilhamento do canal da TVAl com a TV Câmara. O acordo entra em prática a partir de fevereiro de 2010.

Durante a solenidade, Jorginho aproveitou para conhecer o estúdio e a ilha de edição da Câmara de Vereadores de Itajaí. "A iniciativa fortalece o Poder Legislativo, a democracia, além de proporcionar ao eleitor uma nova oportunidade de conhecer as ações dos vereadores", frisou.

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4ª Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Tiago Fontão Alexandre (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon Montagna, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico (estagiário), Eduardo Guedes de Oliveira, Janine Souza Costa (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacome, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer, Regina Rosa (estagiária) e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Presidente Jorginho Mello faz balanço positivo dos trabalhos de 2009

Deputado destaca ações da Agenda Positiva do Parlamento em defesa de assuntos de grande interesse do estado

O deputado Jorginho Mello (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa, fez dia 17 um balanço positivo dos trabalhos do Parlamento catarinense no ano de 2009. Em entrevista coletiva, parlamentar confirmou que transfere a presidência em 2010 para o primeiro vice-presidente deputado Gelson Merísio (DEM), cumprindo acordo previamente estipulado. Depois de quatro legislaturas no Palácio Barriga Verde, ele anunciou que pretende ser candidato a deputado federal na eleição do ano que vem.

As prioridades identificadas pelo Parlamento no início do ano foram elencadas na Agenda Positiva do Legislativo, um conjunto de

demandas urgentes e que ganharam foco privilegiado de todas as bancadas com assento na Casa. A iniciativa, inclusive, aproximou a Assembleia dos parlamentares que compõem a representação catarinense no Congresso Nacional, patrocinando um conjunto de ações em prol de Santa Catarina.

Um dos pontos mais relevantes, na opinião do presidente, e que faz parte da Agenda Positiva, foi a elaboração de um Código Ambiental para o estado. Para tanto, foram realizadas 10 audiências públicas em todas as regiões com objetivo de discutir a matéria, compilando 26 leis estaduais em 306 artigos, relacionadas ao meio ambiente.

Jorginho assegura que “o Có-

digo catarinense é um exemplo, para muitos estados, de conciliação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, além de ser uma proposta de vanguarda, que prevê maior liberdade ao estado de legislar sobre o meio ambiente”.

Outras questões incluídas na Agenda foram a duplicação da BR-101, a confirmação da emancipação dos municípios de Pescaria Brava e Balneário Rincão, a implantação da Ferrovia Litorânea e da Ferrovia da Integração, a atual legislação para exploração do petróleo do pré-sal no estado e a recuperação da BR-470, uma das mais importantes para o escoamento da produção industrial e agrícola catarinense.



Carlos Kilian

Em entrevista coletiva, deputado apresenta números e fala da experiência de comandar o Poder

Os números

Sessões ordinárias: 119
Sessões extraordinárias: 73
Audiências públicas: 71

Proposições aprovadas: 3.916

Projetos de Lei: 491
 Projetos de Lei Complementar: 60
 Projetos de Emenda Constitucional: 04
 Medida Provisória: 14
 Projeto de Resolução: 13
 Projeto de Decreto legislativo: 02
 Requerimentos: 2.055
 Moções: 253
 Pedidos de Informação: 168
 Indicações: 856

Proposições apresentadas: 747

LEGISLATIVO: 489

Projetos de Lei: 472
 Projetos de Lei Complementar: 12
 Projetos de Emenda Constitucional: 5

EXECUTIVO: 244

Projetos de Lei: 156
 Projetos de Lei Complementar: 40
 Mensagem de Veto: 33
 Medida Provisória: 15

JUDICIÁRIO: 14

Projetos de Lei: 02
 (Tribunal de Justiça 01; Ministério Público 01)
 Projetos de Lei Complementar: 12
 (Tribunal de Justiça 03; Ministério Público 07;
 Tribunal de Contas 02)

“Foi um grande privilégio comandar o Legislativo”

As atividades parlamentares também foram enaltecidas pelo presidente Jorginho. Foram realizadas, em 2009, 119 sessões ordinárias, 73 extraordinárias, bem como 71 audiências públicas. Nestes encontros foram aprovadas mais de três mil proposições, sendo 491 projetos de lei, 60 projetos de lei complementar, quatro projetos de emenda constitucional, 13 projetos de resolução, dois projetos de decreto legislativo e 14 medidas provisórias, além dos requerimentos, indicações, moções e

pedidos de informação.

A passagem do parlamentar pela presidência da Casa também foi marcada por um intenso processo de modernização do Poder. Entre as mudanças, a reambientação do hall, lançamento do edital que vai originar o Anexo Sul do Palácio Barriga Verde, capacitação de servidores e investimentos em tecnologia, como o novo sistema de processamento de dados, a assinatura biométrica e o novo módulo do Sistema de Recursos Humanos.

O presidente frisou as ini-

ciativas em relação o setor de comunicação da Casa, como a nova programação, novos cenários e agilidade na cobertura jornalística da TVAL, que completou 10 anos em 2009. Em sua avaliação, “a comunicação do Legislativo é fundamental para a transparência em torno das ações do Poder, bem como oferece um retorno extraordinário para a imagem da Assembleia, oportunizando que a sociedade esteja a par das decisões tomadas no Parlamento”.

Em tom de despedida da

presidência, Jorginho Mello enfatizou o período em que exerceu a função de Chefe do Executivo, por conta de terceiro na hierarquia de poder do Estado. Neste período, apresentou nove projetos de origem do governo, entre eles aquele que considera sua maior contribuição com a educação dos catarinenses, o que concede bolsa integral de ensino superior através do FundoSocial. Chamada de Bolsa Jorginho, a Lei nº 14.876 prevê o uso de 0,3% do FunsoSocial para financiamento de bolsas de

estudo integral em instituições de ensino superior do sistema Acafe e das universidades particulares.

“Foi um grande privilégio presidir a Assembleia Legislativa, principalmente pelo fato de ter sido eleito com a anuência de todos os meus pares. É honroso ocupar a cadeira do mais democrático dos poderes e poder contribuir de diferentes formas com o desenvolvimento de Santa Catarina e o bem-estar do povo catarinense”, concluiu o parlamentar.

INSTITUCIONAL

Fotos Miriam Zomer



Primeira sessão solene realizada pelo Legislativo em São Bento, no Planalto Norte, ao som de Banda Tremel, reúne direção da empresa, funcionários, lideranças locais e regionais

Parlamento celebra 80 anos da Condor

Empresa de São Bento do Sul lidera a fabricação de escovas de cabelo na América Latina

A comemoração pelos 80 anos de fundação da Condor S.A. motivou a primeira sessão solene da Assembleia Legislativa realizada em São Bento do Sul, Planalto Norte catarinense. A homenagem reuniu a direção da empresa, funcionários e lideranças locais e regionais.

A iniciativa para a realização do ato solene partiu do deputado Silvio Dreveck (PP), ex-prefeito da cidade e também ex-colaborador da empresa. A solenidade foi realizada na Sociedade Ginástica Desportiva São Bento e teve a participação da Banda Tremel.

A Condor é um dos ícones da indústria de São Bento Sul e de Santa Catarina. Fundada em 1929, ostenta hoje a condição de maior fabricante de escovas de

cabelo da América Latina. Além dessa linha, atua também nos segmentos de higiene bucal, limpeza, beleza, pintura artística e imobiliária.

O deputado Silvio Dreveck, considerou a data como "muito especial". "São 80 anos de um grupo que tem em sua história muitas realizações, bem como comprometimento e responsabilidade social com seus colaboradores, clientes, comunidade e entes públicos", comentou. Para o parlamentar, a postura da Condor, sempre honrando seus compromissos, investindo em novas tecnologias e promovendo os talentos da terra, merece ter o reconhecimento do Legislativo catarinense.

Ele destacou, entre as inúmeras

ações que o grupo pratica e que auxiliam no desenvolvimento do município. Entre elas, o programa de saúde bucal, que, no último ano, recebeu a doação de 150 mil escovas dentais. Fato que rendeu à companhia o título de Empresa Amiga da Criança, concedido pela Fundação Abrinq.

Dreveck citou, ainda, o estímulo e o apoio na área esportiva e na qualificação dos seus profissionais. "Quero agradecer a todos os presentes e à Condor pela contribuição inestimável a São Bento do Sul, a Santa Catarina e ao Brasil", finalizou.

Também presente ao evento, o deputado Antônio Aguiar (PMDB) comentou sobre a importante colaboração da empresa

para o crescimento e o desenvolvimento de São Bento do Sul, nicho de grandes indústrias. "A Condor merece destaque porque tem grande número de funcionários e gera emprego e renda para a população local."

Agradecimento

A empresa foi representada pelo vice-presidente do Conselho Administrativo, Rolf Buddmeyer, que fez um agradecimento especial aos profissionais da Condor pelo comprometimento com a comunidade e pela qualidade dos produtos, condições que fizeram a empresa alcançar posição de destaque. "Esse cuidado mantém vivo o espírito empreendedor do fundador Augusto

Emilio Klimmeck."

Rolf Buddmeyer também fez uma crítica à alta carga tributária e fiscal imposta à indústria brasileira, fato que, para ele, não permite à ação empreendedora o mesmo sucesso do tempo em que a Condor foi criada. "É um fardo que dificulta novas iniciativas e cria-se uma situação muito forte para a desindustrialização do país. Que os governantes e legisladores atentem para isso."

Para o prefeito de São Bento do Sul, Magno Bollman (PP), a Condor cresceu e se consolidou, tornando-se líder no seu segmento, e por isso é merecedora do sucesso alcançado. O prefeito acrescentou que a empresa é uma das maiores empregadoras do município.

Os homenageados



- Thomas Engel
- Gertrudes Sander
- Vera Buddemeyer
- Hans Martin Meyer
- Elsbeth Lotte Ireni Willeke
- Marian Klimmek Marschall

Saiba mais

Hans Martin Meyer, neto do fundador e acionista da Condor, contou ao público um pouco da história da empresa que, segundo ele, teve na sessão solene de homenagem do Legislativo catarinense, um dos capítulos mais importantes de sua trajetória.

De acordo com Hans, desde o início a empresa preocupou-se em fabricar produtos inovadores, com excelente desempenho e design inteli-

gente. Tudo com a mais alta qualidade e utilizando somente materiais e equipamentos de última geração.

Hoje, sua área industrial ultrapassa os 53 mil m² de área construída, somando as unidades produtivas da sede, localizadas na cidade de São Bento do Sul, e de Recife, capital de Pernambuco. "A Condor preza pela qualidade de vida dos seus mais de 1.500 profissionais, pessoas que se

dedicam diariamente para melhorar a vida de milhões de consumidores."

A Condor é a maior fábrica de escovas da América Latina, uma das mais importantes indústrias brasileiras, estando entre as líderes na produção de escovas dentais e de cabelos, vassouras, pincéis e produtos para higiene bucal. Está presente em mais de 300 mil pontos de venda no Brasil e exporta para mais de 30 países.

INSTITUCIONAL

Assembleia homenageia atletas do JASC

Sessão especial reúne campeões de Florianópolis com objetivo de destacar quem pratica o esporte como profissão

Fotos Solon Soares



Deputado Cesar Souza Júnior, proponente da sessão, afirma que conquista serve para inspirar novas gerações

Graziela May Pereira

Os atletas de Florianópolis, campeões dos 49º Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC), realizados em Chapecó, foram homenageados dia 14 pelo Parlamento catarinense, em uma sessão especial. A homenagem, solicitada pelo deputado Cesar Souza Júnior (DEM), reuniu praticamente todos os vencedores dos jogos e, segundo ele, teve o objetivo de homenagear aqueles que desenvolvem o esporte como profissão.

Cesar Júnior afirmou que a conquista serviu para inspirar a nova geração. "Essa vitória trouxe muitos ganhos, principalmente porque inspira as novas gerações na prática esportiva. O esporte é o caminho mais certo da integração social, e Florianópolis está cumprindo com seu papel." Ele ainda ressaltou que a equipe conseguiu o

resultado devido a uma política esportiva bem estruturada.

O superintendente geral da Fundação Municipal de Esporte (FME), Édio Manoel Pereira, garantiu que o sucesso dos atletas de Florianópolis está na simplicidade e na organização. "Depois da organização estabelecida na Fundação, as coisas melhoraram muito. Outro destaque importante é o repasse dos recursos feitos pelo Seitec e pela prefeitura". O Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (Seitec) tem o objetivo de estimular o financiamento de projetos culturais, turísticos e esportivos, especialmente por parte de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Ciclista credita vitória ao "amor à camisa"

Em nome dos homenageados, o ciclista Edson Luiz de Rezende disse que a vitória veio por causa do "amor à camisa" demonstrado pelos atletas. "O que eu vi em Chapecó foi muita garra, muita vontade de vencer. Esse ano foi bom, mas 2010 será muito melhor. E tudo isso aconteceu porque fomos apoiados", falou.

Antônio Grando, que também falou em nome dos homenageados, creditou a vitória à superação dos atletas e às políticas

voltadas ao esporte. "Estamos no caminho certo. As políticas estão melhorando e as oportunidades, aparecendo. Outro ponto positivo é que os nossos jovens estão distantes das drogas."

Presente na solenidade, prefeito da Capital, Dário Berger (PMDB) declarou que o esporte representa a integração do povo de Florianópolis. "Esse título é muito importante para a cidade, pois mostra o que temos e que somos pessoas que sabem lutar pelos nossos objetivos.

Tenho certeza de que no próximo ano vamos obter a mesma conquista. Essa vitória trouxe nosso orgulho. Resgatou a nossa autoestima."

Também estavam presentes ao evento o deputado Manoel Mota (PMDB) e o secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Valter Gallina. (Também estavam presentes o deputado Manoel Mota (PMDB) e o secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Valter Gallina.



Dário Berger com Cláudio Brandão, representando o Basquete Masculino

Atletas que receberam diplomas

- **Valmir Brás da Silva, representando o Remo;**
- Evelise Garófalo, representando a Ginástica Rítmica;
- **Edson Luiz de Rezende, representando o Ciclismo;**
- Coronel Carlos Augusto Sell, representando o Tiro Armas Curtas;
- **Carlos Roberto Vieira, representando o Tênis Masculino;**
- Paulo Roberto Dutra, representando o Caratê Masculino;
- **Paulo Roberto Dutra, representando o Caratê Feminino;**
- Carlos Roberto Vieira, representando o Tênis de Mesa Masculino;
- **Carlos Roberto Vieira, representando o Tênis de Mesa Feminino;**
- Kleber Lúcio Gil, representando a Natação Masculina;
- **Valcir Moreira, representando o Futsal Masculino;**
- Hudson Pires, representando o Vôlei de Praia Masculino;
- **Valéria Rosart, representando o Triatlo Feminino;**
- Valéria Rosart, representando o Triatlo Masculino;
- **Oscar César Grando, representando o Atletismo Masculino;**
- Oscar César Grando, representando o Atletismo Feminino;
- **Kleber Lúcio Gil, representando a Natação Feminina;**
- Wilson Nóla, representando o Tiro ao Prato;
- **Paulo Dipila Montibelo, representando o Basquete Feminino;**
- Cláudio Brandão, representando o Basquete Masculino;
- **Jailson Luiz Colombo, representando o Handebol Masculino;**
- Aldo Matos, representando o Punhobol;
- **Dulcimar Antônio Grando, representando o Judô Masculino;**
- Oscar Grando, representando o Judô Feminino;
- **Hudson Pires, representando o Vôlei de Duas Duplas Feminino;**
- Daniel Brandão, representando o Xadrez Masculino;
- **Tauane Ferreira de Medeiros, representando o Xadrez Feminino.**

INSTITUCIONAL

Pescadores da Foz do Rio Chapecó se mobilizam contra operação de hidrelétrica

Audiência culmina com pedido para que Ibama e órgãos federais não concedam licença para empreendimento enquanto problemas sociais não forem resolvidos



Projeto utiliza as artes marciais como prática inclusiva de jovens e crianças

Ato destaca Hapkido

A Assembleia Legislativa, durante ato solene realizado na noite do dia 15, homenageou o Projeto Social Hapkido Educar Santa Catarina. Proposto pelo presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), o ato destacou um trabalho que desde 2007 beneficia centenas de jovens e adultos que buscam nas artes marciais uma alternativa de inclusão e de geração de oportunidades.

O Projeto Social Hapkido Santa Catarina iniciou em Balneário Camboriú e, mais tarde, se estendeu para Camboriú, Itapema, Itajaí e Florianópolis, atendendo, hoje, exatas 1.438 crianças e jovens. O Hapkido é uma arte marcial coreana que combina golpes e chutes com técnicas de luta corpo a corpo para defesa pessoal.

Segundo o idealizador do projeto, Mestre Valdir Eufrazio, "além de ensinar defesa pessoal e prática esportiva, o Hapkido Educacional também resgata crianças da ociosidade e do caminho da marginalidade, ensinando o significado das palavras: respeito, disciplina, cooperação, determinação, dedicação e a não desistir de seus objetivos".

Proponente do ato solene, o presidente Jorginho Mello se

disse feliz em proporcionar a homenagem. "Disciplina, concentração e educação enriquecem e colocam todas estas crianças no caminho certo. Como um estado de bons exemplos, o Parlamento não poderia se omitir de prestar este tributo a um projeto que resgata e inclui os nossos jovens", analisou o parlamentar.

O deputado também foi o autor do projeto, que virou a Lei nº 14.944, de 04/11/09, que reconhece de utilidade pública a Associação Balneário Camboriú de Artes Marciais, proporcionando que a entidade possa usufruir das vantagens legais inerentes à titulação, já que é uma instituição sem fins lucrativos e voltada à inclusão social.

Falando em nome dos homenageados, que receberam uma placa comemorativa das mãos do presidente do Parlamento catarinense, o atleta Marcos Precht Junior enalteceu o apoio do Legislativo e fez menção ao exemplar trabalho de Mestre Valdir. Também salientou o caráter preventivo e educacional do Hapkido Educacional Santa Catarina e pediu apoio para que o projeto possa ser ampliado em 2010, conseguindo atender a 2 mil crianças e abranger outras cidades de Santa Catarina. **(Rodrigo Viegas)**

Os homenageados

Pablo Henrique França Eufrazio

Marcos Barreto Precht

Marcos Precht Junior

Luan Pereira de Lima

Mateus Pereira da Silva

Letícia de Bonfim Araújo

Thiago Borges Ramos

Anna Cristina Mariano dos Santos

Maria Eduarda Ozello

Michelli Soares Campos

Fernando da Silva Moraes

Thiago Brick

Emanuel da Costa

Enzo Quadros

Aline Luana dos Santos

Professor Ismael Vieira

Mestre Antônio Miranda da Costa

Mestre Valdir Eufrazio

Andrea Leonora

Cerca de 150 pescadores e agricultores da região da Foz do Rio Chapecó participaram, dia 14, de audiência pública promovida pela Comissão de Pesca e Aquicultura, presidida pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT), e que teve também a participação do deputado Pedro Uczaí, do mesmo partido. Eles vão pedir que o Ibama e demais órgãos federais envolvidos não concedam a licença de operação para o Consórcio Foz do Chapecó Energia, que está construindo uma hidrelétrica na área, enquanto não forem solucionados todos os problemas sociais, ambientais e econômicos que vêm se acumulando desde o início das obras.

A audiência pública foi realizada no auditório da Universidade do Norte do Paraná (Unopar), no município de São Carlos, um dos mais atingidos pelo empreendimento. Eles criticaram o tratamento dispensado aos pescadores e agricultores

sem título de posse das terras, além de outros trabalhadores, que não têm seus direitos de indenização reconhecidos pela empresa.

De acordo com o presidente da Colônia Z-35, Hélio Paulo Mergen, desde que as explosões para a construção da barragem começaram os trabalhadores da pesca vêm experimentando uma forte queda em seus rendimentos. "Só a nossa colônia reúne umas 100 famílias de pescadores. Famílias que historicamente sempre sobreviveram da pesca neste trecho do Rio Uruguai. Mas esses pescadores, que antes tiravam dois ou três salários mínimos de renda mensal, hoje mal conseguem tirar um salário", reclamou.

Mergen acrescentou que peixes de espécies como dourado e cascudo ficaram escassos, enquanto outras desapareceram do rio, como brancanjuva e piava.

Mas o problema envolve um número muito maior de pessoas. Um integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Pe-

dro Melchiurs, disse que enquanto o EIA-RIMA, feito pela Engevix, apontou 1.720 famílias atingidas, o levantamento do Ibama identificou 2.447 famílias nesta condição. "Nós, do MAB, calculamos que são mais de 3 mil famílias, ou seja, um universo de 10 mil a 12 mil pessoas que tiravam seu sustento da terra e do rio e que estão sendo expulsas de uma área total de 17 mil hectares, considerando a área alagada e a de preservação permanente. Essas pessoas, hoje, já estão começando a inchar um pouco mais as favelas das cidades maiores."

O chefe de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais do Ministério da Aquicultura e Pesca, Luis Sabanay, anunciou, durante a audiência, que o movimento dos pescadores da Foz do Rio Chapecó serviu de base para que o governo federal mobilizasse 11 ministérios, além da Casa Civil e da Secretaria Geral da Presidência da República, para o reconhecimento dos pescadores como atingidos por barragens.

Direitos serão reconhecidos em até 50 dias

O chefe de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais do Ministério da Aquicultura e Pesca, Luis Sabanay, acredita que em 50 dias o processo de reconhecimento, que abrangerá todo o Brasil, estará finalizado, garantindo à categoria uma série de direitos que vinham sendo ignorados.

"Quem tem terra e pode comprovar, tem indenização. Quem não tem, quem vive da água, está fora da política rural brasileira e não tem esse mesmo direito reconhecido. A nova norma visa mudar essa realidade e já atende uma determinação do presidente Lula (Luiz Inácio Lula da Silva - PT) quanto a não querer passivos ambientais e sociais ao final de seu governo."

Sabanay também falou sobre o Programa Novo Rumo, de mitigação de impactos, elaborado pelo consórcio, mas rejeitado pelos trabalhadores. Segundo adiantou,

o programa será recepcionado para que seja adequado aos critérios técnicos, normativos e metodológicos do Ministério da Aquicultura e Pesca. "Para tanto também fizemos um acordo com o Ibama para que só dê seu parecer sobre o Novo Rumo em consonância com os critérios do nosso ministério, condicionando ainda à aprovação dos pescadores da Foz do Rio Chapecó."

O proponente da audiência pública, deputado Baldissera, reconheceu que há muito a ser resolvido, mas chamou a atenção para os avanços obtidos, especialmente quanto ao reconhecimento dos pescadores como atingidos por barragens. "Aí está o coração dos pescadores. Esse reconhecimento vai permitir uma série de outras ações e medidas importantes, porque tratam de direitos em benefício desta categoria."

Uczaí classificou a audiência como "excelente" por tudo o que

propôs. Ele lembrou que era prefeito de Chapecó quando se começou a falar da construção da hidrelétrica na Foz do Rio Chapecó. "Naquela ocasião definimos que não seria dada licença para a construção sem que antes fossem encaminhadas soluções para os problemas sociais. Agora estamos às vésperas de encerrar o lago e nada foi resolvido."

Assim como Baldissera, ele também parabenizou o Ministério da Aquicultura e Pesca pelo envolvimento com a causa dos pescadores.

Também compuseram a mesa da audiência o prefeito de São Carlos, Hélio Godói, o chefe do escritório local do Ibama, Carlos Vinícius Gonçalves, e o gerente da Pesca e Aquicultura do Estado de Santa Catarina, José Sebastião Marcatti, representando o secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron.



Imagem das obras da hidrelétrica, que está causando prejuízos financeiros para quem vive da pesca na região da Foz do Chapecó

Andrea Leonora



Deputado Padre Pedro comanda audiência pública em São Carlos

Atingidos se manifestam

O clima continua tenso na região por conta do empreendimento. Na semana passada, um grupo de aproximadamente 60 pescadores fechou o acesso às obras e a Polícia Militar foi chamada ao local. Segundo o comandante do 2º Batalhão, Ricardo Assis Alves, os trabalhadores só aceitaram encerrar a manifestação após uma negociação em que houve o compromisso, por parte de Énio Schneider, engenheiro da empresa, de comparecer à audiência pública, o que não ocorreu.

O vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó, representando a Associação das Câmaras de Vereadores dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Acamosc), resumiu a preocupação da região. "A barragem tem dia e hora para fechar as comportas e os problemas sociais e ambientais não podem ficar para depois dessa data. Não podemos deixar que esse empreendimento

de mais de 2 bilhões de reais, que vai usufruir das águas dos nossos rios por 30 anos ou mais, deixe para nós problemas sociais, ambientais e econômicos. É uma herança que rejeitamos."

O sociólogo Sadi Baron, militante do MAB, pediu que as empresas sem responsabilidade social sejam descredenciadas de próximas licitações ou concorrências públicas. "Esse passivo social vai ter que ser resolvido pelo poder público. Isso é um calote social". Rodrigo Zancanaro, representante do MAB na audiência pública, se disse frustrado com o "tratamento social" aos atingidos. "Um banco de desenvolvimento econômico e social está patrocinando o empobrecimento da nossa região. As prefeituras terão perda econômica e outros trabalhadores também sofrerão as consequências", observou.

Decisões

- Chamar para audiência já agendada com o Ministério das Minas e Energia para o dia 28 de dezembro, o MAB, pescadores, Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério de Aquicultura e Pesca e Ibama;

- Impedir a liberação da licença de operação ao Consórcio Foz do Rio Chapecó Energia;

- Solicitar que a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais marque nova audiência pública para apurar denúncias de abusos praticados pela empresa;

- Retomar o trabalho das comissões locais que discutem os problemas e apontam soluções;

- Exigir a revisão geral do Programa Novo Rumo;

- Aprovar na Assembleia e nas câmaras de vereadores requerimentos com as principais reivindicações. O documento deverá ser encaminhado aos ministérios e demais órgãos federais;

- Expor ao Comando Geral da PM que a defesa da propriedade da empresa tem que estar abaixo da defesa do direito anterior, que é dos pescadores e agricultores;

- Pedir celeridade ao governo federal em reconhecer os pescadores como atingidos;

- Solicitar ao engenheiro Énio Schneider que marque uma audiência e receba os movimentos com a pauta de reivindicações, antes do dia 28 de dezembro.

Depoimentos

"Até o nosso sonho de preservar está sendo enterrado. Por toda a vida cuidamos dos rios, plantamos árvores nas margens e preservamos as nascentes, e hoje vêm as grandes empresas destruindo, excluindo." **Volnei Bukoski, representante da Colônia de Pescadores Z-29**

"Perdemos no mínimo 80% da nossa produção pesqueira desde o início da obra. Não somos baderneiros! Roubaram nosso rio. Eles são os bandidos, não nós! O Lula quer vir inaugurar a obra, mas só se todos os problemas estiverem resolvidos." **Edemar Vilke, pescador -**

"Sou pescador há 48 anos. Em 2008 tive que sair da pesca porque ou ia morrer de fome. As autoridades têm que reconhecer que esses 23 quilômetros do Rio Uruguai não têm mais peixe e nunca mais terão. É crime ambiental e não se faz nada?" **Adão Ribisi, representante da Colônia de Pescadores Z-29**

"Esses trabalhadores deixam suas casas para acampar na beira da estrada, no sol, na chuva, e lutar por aquilo que já é deles. Estão tirando o rio do pescador. É o mesmo que tirar a terra e mandar plantar. Onde? Como?" **Vereador Leonir da Cunha, de Águas de Chapecó**

"A empresa não tem interesse na gente. O dinheiro que está sendo investido lá é nosso, porque é do BNDES. A situação está invertida. Hoje temos que sair de nossas casas para lutar por um direito que já era nosso." **Luciano Valmor Rodrigues da Silva, agricultor**

"Meu pai tem 90 anos e vê penalizado secarem o rio. A água que vai restar vai ser morta, o espolamento da água vai aumentar o calor, vão surgir doenças nas roças por causa da umidade. Como é que a gente vai viver daqui para frente?" **Luciano Valmor Rodrigues da Silva, agricultor**

PLENÁRIO

Eduardo Guedes de Oliveira



Em dia de trabalhos incessantes, parlamentares limpam pauta antes do recesso e aprovam cerca de 40 matérias de origem do Executivo, além das matérias de iniciativa do Legislativo

Deputados aprovam 102 projetos

Sinal verde para municipalização da Educação Infantil, regiões metropolitanas e Política de Serviços Ambientais

Rodrigo Viegas

O Parlamento apreciou, dia 16, um total de 102 matérias. Foram analisadas proposições de origem governamental, parlamentar e cinco mensagens de veto encaminhadas pelo Executivo, além de propostas provenientes do Ministério Público, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas do Estado. Além da peça orçamen-

tária de 2010 (leia matéria na página 12,) o destaque ficou por conta da apreciação de mais de 40 matérias de origem governamental, todas aprovadas, entre elas o PLC nº 52/09, que institui as regiões metropolitanas em Santa Catarina, que deve facilitar a busca de recursos federais para o estado.

Entre as proposições, destaque para o PL nº 372/09 - Plano

Plurianual 2010-2011 (leia mais na página 9) que promove a compatibilização entre as propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual e o PLC nº 13/09, que autoriza o Executivo a promover a municipalização da Educação Infantil da rede pública do Estado, por intermédio da transferência da responsabilidade administrativa, financeira e operacional para os

municípios onde estas unidades estejam em funcionamento, mediante autorização das câmaras de vereadores.

Também foi autorizado o PL nº 423/09, que institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais de Santa Catarina, estabelecido quando da aprovação do Código Ambiental catarinense.

Vetos

Entre as mensagens de veto encaminhadas pelo governo, destacaram-se as duas que foram rejeitadas. O veto total ao PL nº 99/09, do deputado Joares Ponticelli (PP), que torna obrigatória a comunicação ao Detran, pelas empresas seguradoras de veículos, dos sinistros que acarretaram perda total do veículo, foi rejeitado por 31 votos contra 4.

Outro veto rejeitado foi o parcial ao PL nº 82/09, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB), que procurava corrigir a redação da Lei nº 10.297/96, que trata de cobrança de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Já o veto total ao PL nº 96/08, do deputado Darci de Matos (DEM), que pretendia autorizar o governo a criar gratificação de compensação orgânica para os policiais civis e militares, tripulantes e pilotos de aeronaves, do quadro de pessoal do Poder Executivo, foi mantido. O mesmo ocorreu com o veto ao PL nº 16/09, do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que estabelece procedimento para recuperação extrajudicial do consumidor inadimplente.

Subsídio do governador

De autoria da Comissão de Finanças e Tributação, recebeu sinal verde o Projeto de Lei nº 510/09, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), que fixa os subsídios do governador, do vice-governador e dos secretários de Estado para 2010. O subsídio mensal do governador, para o exercício de 2010, é fixado em R\$ 15 mil. Já o subsídio do vice-governador ficou em R\$ 12 mil. Para os secretários de Estado, o subsídio será de R\$ 10 mil. Conforme a justificativa, compete à Assembleia, segundo o disposto no artigo 270, do Regimento Interno, fixar esses valores. Vieira afirmou que o atual valor dos referidos agentes políticos foi fixado pela Lei nº 13.913, de 28 de dezembro de 2006.

Também foi autorizado o PLC nº 59/09, que altera a Lei Complementar nº 249, de 2003, que cria o Fundo de Apoio à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte, às Cooperativas e às Sociedades de Autogestão, do Estado de Santa Catarina - Fundo Pró-Emprego. Ela altera a Lei Complementar nº 249, de 15 de julho de 2003. Essa lei cria o Fundo de Apoio à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte.

Santa Catarina terá oito regiões metropolitanas

Com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 52/09, Santa Catarina passará a ter, além da região metropolitana de Chapecó, já existente, mais sete

regiões. Emenda acrescentou a região de Lages, e ampliou a abrangência da região de Criciúma, que englobou os municípios do Extremo Sul. A proposta

foi construída para atender os requisitos legais para a criação das regiões metropolitanas, bem como para auxiliar os municípios na busca de recursos federais.

Região Metropolitana de Chapecó - composta pelos municípios de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Planalto Alegre, Serra Alta, Sul Brasil, Quilombo, Formosa do Sul, Irati, Jardimópolis, Santiago do Sul, União do Oeste, Palmitos, Águas de Chapecó, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Mondai, Riqueza, São Carlos, Maravilha, Saudades, Bom Jesus do Oeste, Flor do Sertão, Iraceminha, Modelo, Pinhalzinho, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos, São Lourenço do Oeste, Campo Erê, Coronel Martins, Galvão, Jupia, Novo Horizonte e São Bernardino.

Região Metropolitana de Blumenau - composta pelos municípios de Blumenau, Gaspar, Ilhota, Luiz Alves, Pomerode, Timbó, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros e Rodeio.

Região Metropolitana de Criciúma - composta pelos municípios de Criciúma, Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga. Com emenda acrescentando os municípios do Extremo Sul: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivotas, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

Região Metropolitana da Grande Florianópolis - composta pelos municípios de Florianópolis, Águas

Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Pedro de Alcântara e São José.

Região Metropolitana de Itajaí - composta pelos municípios de Itajaí, Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Itapema, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras, Porto Belo, Brusque, Botuverá, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas.

Região Metropolitana de Joinville - composta pelos municípios de Joinville, Araquari, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú.

Região Metropolitana de Lages - composta pelos municípios de Lages, Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, São José do Cerrito, Curitibaanos, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Urupema.

Região Metropolitana de Tubarão - composta pelos municípios de Tubarão, Capivari de Baixo, Gravatal, Jaguaruna, Pedras Grandes, Sangão, Treze de Maio, Braço do Norte, Armazém, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Laguna, Garopaba, Imaruí, Imbituba e Paulo Lopes.

PLENÁRIO

Liberdade para horário de comércio

Plenário autoriza Proposta de Emenda Constitucional que acrescenta mais uma competência para os municípios

Na sessão ordinária do dia 16, os deputados também aprovaram uma série de projetos de origem parlamentar. Entre eles, um dos destaques ficou por conta da Proposta de Emenda Constitucional nº 03/09, de autoria do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB).

A PEC acrescenta ao artigo 112, da Constituição estadual, que trata das competências dos municípios, a possibilidade de disporem sobre os horários e dias de funcionamento do comércio local e de eventos comerciais temporários de natureza econômica.

Também foi aprovado o PL nº 10/09, do deputado Manoel Mota (PMDB), que estipula a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos semiautomáticos externos as unidades de Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

A proposta, do deputado Manoel Mota (PMDB), visa à obtenção de maior sucesso quando do atendimento emergencial em casos de parada cardiorrespiratória.

O autor da matéria justificou a proposição evidenciando que paradas cardiorrespiratórias são responsáveis pela morte de mais de 50 mil pessoas por ano

no Brasil, sendo que a arritmia cardíaca, conhecida como fibrilação ventricular, é responsável por 90% dessas mortes. "Apesar de ser considerado um importante problema de saúde pública, a morte súbita por parada cardíaca ainda não é vista pela população dessa maneira. Para se ter uma ideia, no mundo, a morte súbita cardíaca mata mais do que acidentes automobilísticos, armas de fogo e doenças como AIDS, câncer de próstata e de mama juntos", argumentou o parlamentar.

Sucesso

Mota também destacou que a chance de se obter sucesso no controle de uma parada cardiorrespiratória depende do adequado atendimento a esse evento. "Este atendimento inclui a tomada de medidas básicas de ressuscitação cardiopulmonar e a rápida chegada de atendimento avançado. Contudo, observa-se que a realização do procedimento de desfibrilação (aplicação de choque no indivíduo em parada cardiorrespiratória) se mostra fundamental para otimizar o atendimento desses eventos", concluiu.



Presidente Jorginho Mello comanda sessão ordinária histórica antes do início do recesso

Parlamentares dão sinal verde para revisão do PPA

O Projeto de Lei nº 372/09, que trata da revisão do PPA para o período de 2010/11, foi aprovado na noite do dia 16 por unanimidade. O valor global de referência na lei do PPA é de R\$ 50,46 bilhões, mas, no projeto de ajuste, são R\$ 44,21 bilhões. O que significa uma redução de R\$ 6,2 bilhões na projeção.

No projeto enviado pelo Executivo foram inseridas 211 subações no valor de R\$ 2,5

bilhões e feitas 492 exclusões de subações, que somam o valor de R\$ 1,9 bilhão. Alguns programas tiveram aumento, destacando-se a Conservação e Segurança Rodoviária (201,86%), o Programa Integração Logística (52,98%) e Modernização da Administração Pública (422,63%).

Dentre os que tiveram redução estão o programa Modernização Portuária (8,60%), Fomento e Desenvolvimento do Turismo

(99,23%), programa Cidadania e Diversidade (49,75%).

Os programas constantes no PPA são de duração continuada, já instituídos ou a instituir no médio prazo. O PPA é uma forma do governo planejar todas as suas ações e também seu orçamento de modo a não ferir as diretrizes nele contidas, somente devendo efetuar investimentos em programas estratégicos previamente definidos.

APROVADOS

Resíduos sólidos

Do deputado Edison Andrino (PMDB), foi aprovado o Projeto de Lei nº 407/09 que diz que os municípios, individualmente ou por meio de consórcios, deverão implantar programa de coleta dos resíduos sólidos inorgânicos nas áreas rurais. Conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), compreendem-se no conceito de resíduos sólidos inorgânicos plásticos, papéis, vidros, metais, e ainda resíduos que merecem tratamentos especiais, como pilhas, baterias, aparelhos eletro-eletrônicos e seus componentes, borrachas, frascos e embalagens de fertilizantes e agrotóxicos, entre outros.

Competições

Os servidores públicos do Estado de Santa Catarina que exerçam a atividade de árbitros e/ou auxiliares, ficam permitidos se afastar em virtude de participação em competição desportiva, sem prejuízos funcionais. A permissão veio através da aprovação do Projeto de Lei nº 480/09, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin (PSDB). O afastamento é permitido em competições esportivas em âmbito nacional, estadual, municipal e internacional.

Aquecimento solar

As novas edificações públicas em Santa Catarina deverão prever, em seus sistemas de instalações hidráulicas, aquecimento de água por meio do aproveitamento de energia solar. Está previsto no Projeto de Lei nº 86/09, do deputado Jailson Lima (PT), que sejam atendidos por esta proposta hospitais com leitos, casas de repouso, habitações, creches, abrigos, asilos e albergues. Um substitutivo global acrescentou escolas equipadas com vestiários e unidades residenciais militares.

As instalações deverão ser dimensionadas para cobrir, no mínimo, 40% de toda a demanda anual de energia. Os equipamentos deverão possuir sua eficiência comprovada por órgão técnico, credenciado pelo Inmetro.

Indenização

Aprovado Projeto de Lei nº 373/09, de autoria do deputado Gelson Merisio (DEM), que dá nova redação ao artigo 16 da Lei nº 14.825, de 5 de agosto de 2009, que institui indenização por óbito ou invalidez permanente, total ou parcial, aos servidores integrantes do Sistema de Segurança Pública.

Com a aprovação da nova redação, o artigo se limita a determinar que "não fará jus

Hiperatividade

O Plenário deu sinal verde ao Projeto de Lei nº 287/09, do deputado Gelson Merisio (DEM), que autoriza o governo do Estado a implantar o Programa de Identificação e Tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) nas escolas públicas, com ênfase para o ensino fundamental. O programa deve ser aplicado na capacitação permanente do corpo docente com o objetivo de identificar os sintomas da doença, cabendo às secretarias de Estado da Saúde e da Educação a sua execução por intermédio de equipes multidisciplinares de profissionais. O diagnóstico deve ser feito por um profissional de saúde capacitado, preferencialmente neurologista, pediatra ou psiquiatra.

à indenização aquele servidor que propositadamente tiver provocado sua invalidez". De acordo com a justificativa de Merisio, o suicídio de servidores do Sistema de Segurança Pública é fato recorrente. "Ressalto que um ato extremo como o de tirar a própria vida deve ser considerado consequência da pressão da função que o policial exerce devendo, portanto, ser sujeita à indenização".

Parque Metropolitano

O Projeto de Lei nº 33/08, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), cria o Parque Metropolitano da Grande Florianópolis. De acordo com o parlamentar, a iniciativa visa promover a inclusão social no bairro Monte Verde, onde será instalado, e dos moradores dos arredores. Segundo o parlamentar, o projeto ocupará uma área de 21.395,63 m² de propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab).

Porteiros

O Projeto de Lei nº 337/09, da bancada do PT, determina que as edificações residenciais multifamiliares, comerciais e de serviços deverão reservar cômodos especiais para vestiário e eventual pernoite de porteiros e outros empregados ou prestadores de serviço. A proposta tem o objetivo de assegurar condições dignas em favor dos funcionários que trabalham em prédios e condomínios.

A obrigatoriedade criada pela proposição deverá ser concretizada mediante a aprovação de leis municipais conforme suas peculiaridades, com a definição de padrões edilícios, dimensões mínimas, entre outros.

PLENÁRIO

Admitida PEC da distribuição do ICMS

Proposta de emenda revê pacto do Estado na distribuição do imposto com elevação da fatia dos municípios para 27%

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado Décio Góes integra bancada que propôs mudança constitucional

De autoria da bancada do PT, os deputados aprovaram na manhã do dia 16, em Plenário, a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/08, que trata da distribuição de recursos aos municípios.

O objetivo da proposta é rever o pacto do Estado na repartição dos recursos provenientes do ICMS, com a elevação de 25% para 27% do repasse constitucional aos

municípios. A PEC seguiu para ser analisada na Comissão de Justiça, sendo distribuída para o deputado Marcos Vieira (PSDB) e, em seguida, votada em Plenário.

Segundo o PT, é expressiva a diminuição da arrecadação tributária do ICMS nos últimos anos, refletindo na queda do repasse para os municípios. Os autores informam que a renúncia de receita tributária do governo do Estado

no exercício financeiro de 2008 será de R\$ 2,3 bilhões e para 2009 será no valor de R\$ 2,8 bilhões. Os autores da PEC afirmam que é necessário aumentar a participação dos municípios na arrecadação do ICMS para compensar a renúncia fiscal empreendida por Santa Catarina. Por fim, a bancada do PT diz que essa elevação de 2% resultará num acréscimo de R\$ 135 milhões a mais para os municípios.

Projetos tratam da jornada e data-base do TCE

Dois projetos de origem do Tribunal de Contas geraram debate durante a sessão plenária. O PLC nº 69/09, que reestrutura quadros, tabela de vencimentos e fixa a jornada de trabalho dos servidores do Tribunal, recebeu duras críticas de alguns parlamentares. Os deputados petistas Pedro Uczai, Jailson Lima e Ana Paula Lima, e o deputado Sargento Soares (PDT) manifestaram sua contrariedade com o tratamento diferenciado dado aos servidores daquela instituição.

E a mesma postura foi enfatizada quando da análise do PLC nº 73/09, que estabelece o dia 1º de junho de cada ano como data-base para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas, bem como das pensões deles decorrentes, referente às perdas da inflação nos doze meses anteriores, limitada a variação do índice do INPC, incidente

sobre o piso de vencimento, por ato do Procurador-Geral de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outra matéria que recebeu críticas por parte dos mesmos parlamentares e ainda do deputado José Natal (PSDB) foi o PLC nº 68/09, do Tribunal de Justiça, que cria, transforma e extingue cargos, reestrutura a tabela de vencimentos, fixa a jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário.

APROVADOS

Cidadão Catarinense

O Projeto de Lei nº 546/09, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, normatiza a concessão de Título de Cidadão Catarinense. Após a sua publicação, o título será concedido pelo Estado para homenagear as personalidades que tenham atuação destacada em benefício do estado e da sociedade catarinense. Pela proposta, a indicação será feita mediante a iniciativa de projeto de lei subscrito por um décimo dos deputados (quatro) e da justificativa deverão constar currículo e informações que comprovem as realizações e evidenciem o mérito do agraciado, acompanhada de documentos, entre eles, comprovante de residência ou de que exerça atividade profissional no estado. A outorga do título será feita em sessão solene.

Previdência

Com a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 11/09, do deputado Gelson Merisio (DEM), a Lei Complementar nº 412, de 2008, que dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Santa Catarina, sofrerá alteração em seu artigo sexto. O objetivo é adequar a legislação vigente quanto aos direitos dos servidores que, por determinação judicial, se encontrem sob tutela do associado ou sob sua guarda, que não recebam pensão alimentícia ou benefício de outro órgão previdenciário e que não possuam bens e direitos aptos a lhes garantir o sustento e a educação.

Sanções às seguradoras

Aprovado Projeto de Lei nº 457/09, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), que impõe sanções às seguradoras que praticarem condutas lesivas aos segurados ou terceiros. De acordo com o projeto, as seguradoras ficam proibidas, no caso de reparação de veículos sinistrados, de impor aos segurados ou a terceiros a relação das oficinas reparadoras ou prestadoras de serviços credenciadas/referenciadas como condição para o conserto.

Havendo a prática das condutas mencionadas, a seguradora estará sujeita ao pagamento de multa no valor de 100 a 1.000 UFIRs, por ocorrência, dobrada em caso de reincidência.

Plano de ação para Hepatites

Do deputado Darci de Matos (DEM), foi autorizado o Projeto de Lei nº 556/09, que institui um plano de ação para a divulgação de informações sobre a hepatite dos tipos B e C, divulgação de formas de contágio e de prevenção, nas dependências físicas da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado. No plano de ação devem constar os riscos de contágio, a identificação de eventuais sintomas, os exames periódicos para o seu diagnóstico e procedimentos de higiene pessoal e do ambiente de trabalho.

Para se atingir a finalidade do plano de ação de que trata esta lei serão utili-

Isenção de ICMS para o pinhão

O Projeto de Lei nº 341/09, que autoriza o Executivo a isentar a base de cálculo do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes nas operações internas com a semente pinhão, foi aprovado. Proposto pelo deputado Dirceu Dresch (PT), o projeto objetiva facilitar a comercialização do produto pelos produtores-coletores.

O projeto se deve a preocupação com o fato de os produtores preferirem vender a semente de pinhão nas beiras das estradas, ou ainda para as pessoas conhecidas como "atravessadores" que negociam e pagam o que querem, não formalizando o ato comercial com a nota fiscal (NF).

zadas a distribuição de cartilhas e folhetos, afixação de cartazes, publicação de informes em boletins e a utilização de recursos audiovisuais para a divulgação em escolas, postos de saúde e demais repartições públicas.

As informações deverão versar sobre todas as precauções a serem seguidas em procedimentos de higienização corporal após a utilização de ambientes fechados e de acesso ao público, climatizados ou não, tais como banheiros, instalações sanitárias e vestiários, além da utilização correta e higiênica de vasos e cubas sanitários.

Tatuagem

O Projeto de Lei nº 151/09, da deputada Ada Faraco De Luca (PMDB), estabelece condições de funcionamento dos gabinetes de tatuagem e de piercing, fiscalização e vigilância sanitária. Os gabinetes de tatuagem e de aplicação de piercing sediados no estado, somente poderão funcionar quando autorizados pelo órgão sanitário competente da Secretaria Estadual de Saúde que, depois de atendidas todas as exigências previstas na lei, expedirão o Alvará de Autorização Sanitária. Também foi aprovado um substitutivo global ao projeto, da deputada Professora Odete de Jesus (PRB), que diz que os estabelecimentos deverão ter livro próprio, numerado e paginado, considerando-o como prontuário autenticado na Vigilância Sanitária.

Municípios

O deputado Valmir Comin (PP) teve aprovado o Projeto de Lei nº 484/09, que institui grupo de trabalho destinado a executar tarefas referentes à fixação dos Índices de Participação dos Municípios (IPM) relativos à arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Entre as atribuições previstas estão a conferência e ajustes no banco de dados da Secretaria de Estado da Fazenda, relativas às informações prestadas sobre as operações fiscais e contábeis dos contribuintes, para apurar o IPM na Cota Parte do ICMS.

PLENÁRIO

Parlamentares fazem balanço de 2009

Na última sessão antes do início do recesso, suplente Sérgio Godinho assume vaga de Narcizo Parisotto

Miriam Zomer



Deputado Sérgio Godinho retorna ao Parlamento para representar a Serra

Os deputados se reuniram dia 17 para a última sessão plenária antes do recesso de final de ano. Os pronunciamentos foram pautados pelo desejo a todos de um feliz Natal e de um Ano Novo de realizações, seguidos de um balanço do ano de 2009.

Inicialmente, o presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), empossou o deputado Sérgio Godinho (PTB), que permanece no Parlamento até o dia 15 de fevereiro, período de licença do deputado Narcizo Parisotto

(PTB). Godinho falou do orgulho de retornar à Assembleia e disse que estará engajado em defender os interesses do povo catarinense, em especial da região Serrana.

O 2º vice-presidente, deputado Jailson Lima (PT), fez elogios à administração municipal de Joinville pelo trabalho desenvolvido na área da saúde durante este ano. Em seguida, Jailson desejou sucesso ao deputado Gelson Merísio (DEM), que a partir de 1º de fevereiro assumirá a presidência da Assembleia.

O deputado Sargento Amauri

Soares (PDT) falou da dificuldade em desejar boas festas aos praças da PM e soldados do Corpo de Bombeiros. "É difícil dizer feliz Natal a quem foi expulso da corporação, quem perdeu não só o emprego, mas a farda, mesmo tendo sido aprovado em concurso público."

Décio Góes (PT), que retornou da sua licença de 60 dias, classificou como "um exagero" o número de projetos aprovados nos últimos dias. O parlamentar lamentou o pouco tempo para discutir as matérias.

APROVADOS

Previdência

Com a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 11/09, de autoria do deputado Gelson Merísio (DEM), a Lei Complementar nº 412, de 2008, que dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Santa Catarina, sofrerá alteração em seu artigo sexto. De acordo com o parlamentar, a proposição visa adequar a legislação vigente quanto aos direitos dos servidores que, por determinação judicial, se encontrem sob tutela do associado ou sob sua guarda, que não recebam pensão alimentícia ou benefício de outro órgão previdenciário e que não possuam bens e direitos aptos a lhes garantir o sustento e a educação.

Drogas

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 473/09, do deputado Antônio Aguiar (PMDB), qualquer evento de natureza cultural, esportiva, recreativa, e similares, em que haja a participação ou apoio financeiro do Poder Executivo, os ingressos deverão conter a frase "Dizer não às drogas é um ato de liberdade e inteligência". Para Aguiar, a iniciativa é mais um instrumento de combate ao consumo de drogas ilícitas. De acordo com o parlamentar, o combate às drogas tem que ser contínuo e intensificado, pois a sociedade deve utilizar de todos os meios legais possíveis para o combate e a conscientização.

Programa de Habitação

A Bancada do PT é autora do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 012/09, que atualiza a Lei Complementar nº 422/08, que institui o Programa de Habitação Popular Nova Casa e cria o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina, às inovações da Lei federal nº 11.124/05, que regula o Sistema Nacional

Comarca de Meleiro

Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 75/09, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que cria, na Comarca de Meleiro, o Car-

Meio ambiente

Aprovado o Projeto de Lei nº 571/07, do deputado Edson Piriquito (PMDB), que proíbe o despejo de resíduos sólidos reaproveitáveis e recicláveis em lixões a céu aberto e aterros sanitários no Estado de Santa Catarina. A fiscalização será exercida pelo órgão ambiental estadual e pela vigilância sanitária estadual e municipal, conforme estabelece o artigo 13 da Lei nº 13.557, de 17 de novembro de 2005.

Os infratores ficam sujeitos a advertência, multa, interdição temporária ou interdição definitiva. O produto arrecadado com a aplicação das multas deverá ser empregado na execução de projetos de prevenção e recuperação ambiental.

Agrotóxicos

Da deputada Professora Odete de Jesus, o Projeto de Lei nº 325/09 altera lei que dispõe sobre o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos em Santa Catarina. O novo parágrafo estabelece ao grupo multidisciplinar formado pelo Ministério Público de Santa Catarina, Ibama, Fatma, Cidasc, Epagri, Lacen, Secretaria de Estado da Agricultura, Ministério da Agricultura, Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária, Centro de Informações Toxicológicas, CREA/SC, Ministério Público do Trabalho e pela Polícia Militar Ambiental, a responsabilidade de discutir o combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos.

de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui Conselho Gestor do FNHIS. O PLC também prevê o acesso direto de recursos do fundo nacional de interesse social por associações comunitárias e cooperativas de habitação.

tório de Registro de Imóveis, o Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, bem como o Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos.

Mobilidade

O Projeto de Lei nº 534/07, do deputado Pedro Uczai (PT), trata da infraestrutura e equipamentos de segurança e acessibilidade para mobilidade não-motorizadas de pedestres, bicicletas e cadeiras de rodas. A matéria regulamenta os direitos de deslocamento de pedestres e usuários das formas de mobilidade não-motorizada. Os usuários das formas de mobilidade não-motorizada terão a garantia de segurança nos trechos onde compartilham o mesmo espaço com veículos motorizados, conforme determina o Código de Trânsito brasileiro, além de critérios de planejamento para implantação de vias e estrutura a pedestres, ciclistas, usuários de cadeiras de rodas em rodovias estaduais.

Maria da Penha

O Dia Estadual de Comemoração da Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, foi instituído através do Projeto de Lei nº 384/09, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT). A data, que será comemorada anualmente no dia 7 de agosto, tem a finalidade de mobilizar e promover campanhas de conscientização estadual, social e política sobre as formas de violência das quais as mulheres são vítimas. O dia 7 de agosto foi escolhido por ter sido nesta data, no ano de 2007, que o presidente da República sancionou a Lei nº 11.340, que traz mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica.

Projeto de Lei (PL) nº 394/08, de autoria do deputado Jailson Lima (PT), estabelece a potência dos motores dos automóveis isentos de ICMS, de utilização como táxi, em inferior ou igual a 2 mil centímetros cúbicos (cm³). O PL pretende equiparar a potência dos motores dos táxis. A justificativa enfatiza que, enquanto o IPI libera os automóveis com cilindradas de 2 mil cm³, o ICMS libera como potência do motor com 127 HP, a igualdade nas esferas federal e estadual, para que também sejam isentos de ICMS os veículos de 2 mil cm³, pois este veículo trará mais segurança, conforto, desenvoltura e segurança.

Potência dos táxis

Projeto de Lei (PL) nº 394/08, de autoria do deputado Jailson Lima (PT), estabelece a potência dos motores dos automóveis isentos de ICMS, de utilização como táxi, em inferior ou igual a 2 mil centímetros cúbicos (cm³). O PL pretende equiparar a potência dos motores dos táxis. A justificativa enfatiza que, enquanto o IPI libera os automóveis com cilindradas de 2 mil cm³, o ICMS libera como potência do motor com 127 HP, a igualdade nas esferas federal e estadual, para que também sejam isentos de ICMS os veículos de 2 mil cm³, pois este veículo trará mais segurança, conforto, desenvoltura e segurança.

Dentistas

O Projeto de Lei nº 590/09, do deputado Dagomar Carneiro (PDT), disciplina venda de produtos, equipamentos e materiais de uso clínico odontológico. A matéria estabelece que a Secretaria de Estado da Fazenda, mediante convênio com o Conselho Regional de Odontologia (CRO/SC), exigirá, para a venda de produtos, equipamentos e materiais de uso clínico odontológico, que o documento fiscal, em campo destinado a informações complementares, informe o número do registro no CRO do profissional ou da pessoa jurídica que adquirir a mercadoria, ou, quando o adquirente for acadêmico de curso de Odontologia, informe o número da matrícula e o nome da instituição de ensino superior.

Capina química

O Projeto de Lei nº 304/09, do deputado Darci de Matos (DEM), também foi aprovado. A lei excluía as áreas rurais e as capinas amadoras em imóveis particulares devidamente protegidos do acesso público da proibição do uso da capina química (uso de herbicidas e defensivos agrícolas). O projeto passou a excluir as capinas amadoras em imóveis urbanos particulares protegidos do acesso público. Segunda a justificativa a mudança na lei serve para esclarecer dúvidas com relação à permissão do uso de capina química nas propriedades urbanas particulares. O autor defendeu a capina química, dizendo que o produto é usado há mais de 30 anos.

Deter

O Projeto de Lei nº 401/09, do Executivo, institui taxas por atos realizados pelo Departamento de Transporte e Terminais (Deter). Serão determinados percentuais sobre os valores das passagens e atividades de transporte: serviço rodoviário em 6% e urbano e hidroviário em 4,9%. Aos pagamentos fora do prazo será acrescida multa de 20%, juros e atualização monetária. Em substitutivo global do deputado Elizeu Mattos (PMDB), ficou determinado que os débitos inscritos ou não na dívida ativa do Estado, ajuizados ou não, até o dia 31 de outubro de 2009, poderão ser parcelados.

PLENÁRIO

Aprovado Orçamento de 2010 com previsão de R\$ 13,4 bilhões

Peça com valor superior em 10% à de 2009 recebe três emendas em destaque da bancada da oposição

Scheila Dziedzic

O Parlamento aprovou, dia 16, o Projeto de Lei nº 403 /09, o Orçamento de 2010 que estima as receitas e despesas do Estado para 2010. A previsão da peça orçamentária é de R\$ 13,4 bilhões, um aumento próximo de 10% em relação ao orçamento que está sendo executado atualmente. O momento mais tenso na base governista durante a discussão dessa matéria foi quando a deputada Ana Paula Lima (PT) conseguiu encaminhar três emendas para votação em destaque, conquistando com a aprovação destas, recursos no valor de R\$ 5 milhões para ações decorrentes das cheias de novembro de 2008. As três emendas determinam o aporte de R\$ 2,5 milhões para o fundo da Defesa Civil, de R\$ 1,5 milhão para habitação popular para pessoas que perderam suas casas na ocasião, e de R\$ 1 milhão para obras de prevenção das cheias.

A aprovação de emendas de uma parlamentar da oposição com apoio de deputados governistas causou desconforto, manifestado pelos deputados José Natal Pereira e Nilson Gonçalves, ambos do PSDB. A contrariedade deve-se ao fato de que, atendendo a orientação do Executivo, não foram apresentadas emendas, pois a ideia era aprovar o projeto na



Líder do governo, Elizeu Mattos, conversa em Plenário com deputados Rogério Mendonça Peninha, Silvo Dreveck e Dirceu Dresch

forma original. Por conta disso, os dois parlamentares se declararam, daquele momento em diante, descompromissados com o governo na votação do Orçamento.

O deputado Gelson Merisio (DEM) procurou restabelecer a unidade governista, comentando que todas as emendas são

importantes, mas defendeu que mantivessem os critérios, sob o risco de ter o orçamento comprometido. O democrata classificou como "média" as manifestações dos parlamentares que se consideraram liberados.

Os recursos previstos para atender as emendas são resul-

tantes da arrecadação de impostos, principalmente ICMS, da prestação de serviços, além de valores repassados pela União. Para cumprir as determinações constitucionais quanto à aplicação de recursos em ações e serviços de saúde, o Estado destinará a importância de R\$

1,1 bilhão, correspondente a 12% do orçamento do Estado do próximo ano. Na manutenção e no desenvolvimento do sistema de ensino, os valores são de R\$ 2,5 bilhões, ou 27,04% sobre o total. Ambos os valores virão da receita de impostos e das transferências da União ao Estado.

Investimentos vão receber R\$ 2,4 bilhões

Já para investimento, os valores estimados são de R\$ 2,4 bilhões. Os recursos são originários da SC Parcerias (R\$ 111 milhões), do Centro de Informática e Automação do Estado (R\$ 57,3 milhões), da Celesc Geração S.A (R\$ 250,5 milhões), da Celesc Distribuição S.A. (R\$ 823 milhões), da Casan (R\$ 699 milhões), da SC Gás (R\$ 172 milhões) e da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (R\$ 338 milhões).

Outra fonte de recursos para investimentos é o Fundo Social, gerido pela Secretaria de Estado da Fazenda, que prevê uma arrecadação de R\$ 208 milhões. Os programas a que se destinarão os maiores valores são: reabilitação e aumento de capacidade de rodovias (R\$ 100 milhões), gestão estadual da política de assistência social (R\$ 45 milhões), Inovar - Fomento à Pesquisa ao Desenvolvimento e à Inovação (R\$ 24 milhões), melhoria da

segurança pública (R\$ 15 milhões) e Próesporte (R\$ 10 milhões).

O governo do Estado estima que seus gastos com folha de pagamento e encargos sociais sejam de R\$ 4,8 bilhões (35,7%). As demais despesas decorrentes de manutenção da máquina pública serão de R\$ 5,8 bilhões (43,55%). Para o pagamento de juros e encargos da dívida o governo comprometerá R\$ 728, 5 milhões (5,42%) da receita.

Regionalizado

A esta proposta foram apresentadas 252 emendas, sendo 66 de bancadas, 137 de parlamentares e 49 do relator, deputado Darci de Matos (DEM). Destas, 45 são prioridades das audiências públicas do Orçamento Regionalizado, uma do Poder Executivo, três subscritas, sendo duas rejeitadas e uma acata-

da. Das 121 prioridades elencadas nas audiências públicas Regionais de 2009, 111 já estavam contempladas na proposta do Poder Executivo, faltando 10 prioridades, que foram apresentadas sob forma de emendas de relator. As outras 35 emendas são propostas prioritizadas nas audiências públicas do Orçamento Estadual Regionalizado de anos anteriores, que haviam sido excluídas das peças orçamentárias pelo Poder Executivo.

Os pedidos de emendas em destaques de parlamentares e bancadas foram votados em bloco. Com exceção das três emendas de autoria da deputada Ana Paula Lima, as demais foram rejeitadas pela maioria governista. Permaneceu o conteúdo do projeto original, conforme apresentado pelo relator e aprovado anteriormente na Comissão de Finanças e Tributação.

Repercussão

O deputado Joares Ponticelli (PP) criticou o fato de, pelo sétimo ano consecutivo, não haver possibilidade de discussão mais ampliada do Orçamento. Para ele, outra vez os governistas, que são maioria no Parlamento, aprovaram a matéria mais importante do ano sem o cuidado que ele considera necessário. "Da forma como acontece, só posso lamentar. Devemos refletir sobre o nosso papel e não falo apenas deste governo. É o momento de contribuir, influir efetivamente na vida das pessoas, comunidades, municípios. Desta forma, o Orçamento deixaria de ser uma peça de ficção. Pois o

governo altera na hora em que desejar. Mais uma vez perdemos a oportunidade de mudar para a construção de um orçamento impositivo", comentou Ponticelli.

